

Novas tecnologias e cultura contemporânea: novas figuras conceituais do território

Nelma Medeiros*

Resumo: Investigação sobre a mutação implicada na emergência das tecnologias digitais na cultura contemporânea, que não se reduz a um conjunto de técnicas de digitalização e informatização, mas está em vias de constituir novo meio de comunicação, pensamento, trabalho e articulação para as sociedades humanas. No limite, questionando a própria definição de “humano” e “humanidade”. Entre seus efeitos epistêmicos estão as transformações da noção de território, que, à luz de dispositivos da cultura digital, conduzem à homogeneização do conhecimento, pulverizando a noção de sujeito, à desterritorialização e à relativização generalizada dos espaços e fronteiras. Busca-se, assim, investigar paradigmas que tragam maior relativização ao conceito de território, de maneira mais compatível com as mudanças advindas da cultura digital, especialmente a partir da década de 1980, e também mostrar os limites da noção de território no interior mesmo de sua plasticidade recém-adquirida.

Palavras-chave: tecnologia digital; território; nova psicanálise

Abstract: Inquiry concerning the mutation implicated in the emergence of digital technologies within contemporary culture, one that is not reduced to a set of techniques of digitalization, but is on the way to constitute itself as a new way of communication, thought, work and articulation to human societies, questioning the very concept of “human” and “humanity”. Among the epistemic effects one can point the transformations of the notion of territory, leading to a more homogeneous concept of knowledge, pulverizing the notion of subject, to deterritorialization and to a more relative notion of space and border. Inquiry concerning paradigms more able to grasp the relativity of the concept of territory, compatible with the changes within digital culture, specially after the 1980's.

Key-words: digital technology; territory; new psychoanalysis

Introdução

Ampliada por força metafórica, a noção de território pode se aplicar a qualquer situação – mental, social, política, cultural, cognitiva, epistêmica, etológica – estatuída tectonicamente, isto é, dependente de bases fortes e estruturadas, geralmente associadas ao tangível, ao confirmado, ao palpável, ao visível, ao concreto, ao conhecido, ao vivido, ao visual, ao social, ao incrustado, ao facilmente reconhecível, ao estereotípico, ao emo-

* Professora (PPGHS/UERJ). Doutora em filosofia (IFCS/UFRJ). Pesquisadora do ETC - Estudos Transitivos do Contemporâneo (Grupo de Pesquisa/CNPq).

cionante, ao superficial, ao oficial, ao narrável (Taleb, 2008: 178).

O próprio vocábulo suscita proximidade semântica com a noção de “terra”, referência das mais primevas para a espécie humana, em seus processos de fixação e criação de laços de identificação e vinculação. Estamos aí em franco regime euclidiano de pensamento. Em nível “terrestre” e “territorial” nossas concepções são conduzidas por elementos que pressionam para reduzir tudo ao plano tridimensional do corpo biológico reprodutivo e gregário.

Contudo, cada vez mais nos referimos aos processos de “desterritorialização” e “reterritorialização” (Deleuze, 1972, 1980, 1991) que acontecem nos laços sociais, nas relações econômicas e financeiras, nas articulações psíquicas, nos ecossistemas e na cultura de modo geral, indicando com isso uma mobilidade e transitividade que funcionam para além da fixidez das bases “terrestres” da territorialidade. As tecnologias digitais, ao evidenciarem a conectibilidade de tudo com tudo, mostraram a extrema relativização do conceito de território, não sendo mais possível partir dos raciocínios de fronteira, exclusão ou recorte. Vivemos hoje em processo de homogeneização do conhecimento, com a dispensa das noções de sujeito e objeto (na mão contrária das fronteiras disciplinares e das questões de validação e justificação do conhecimento); de pulverização das identificações e gostos (de encontro às subjetivações e identificações); de relativização generalizada das temporalidades, dos espaços e das fronteiras.

Buscamos inventariar paradigmas de pensamento que forneçam maior relativização ao conceito de território, de maneira compatível com as mudanças trazidas pela cultura digital a partir da década de 1980. Pretendemos também mostrar os limites da noção de território no interior mesmo de sua plasticidade recém-adquirida. Para isso lançaremos mão de ferramentas conceituais da Nova Psicanálise, uma renovação do campo freudiano em curso no Brasil, desde a década de 1980, através do trabalho teórico e clínico do psicanalista MD Magno. Forneceremos indicações bibliográficas e explicações pontuais sobre determinados conceitos, apoiando-nos, quando possível, em analogias e aproximações que permitam facilitar o acompanhamento dos argumentos.

Eis o roteiro deste artigo:

1) Apresentação de uma chave conceitual conhecida da cultura dualista ocidental, que é a fratura *physis / thesis*, com o intuito de montar um quadro conceitual mínimo que balizará, por contraste, o breve inventário de alternativas epistêmicas a tal fratura, que será proposto na seqüência.

¹ Consultar o site www.novamente.org.br para informações gerais e acesso a textos.

2) Breve resumo das alternativas epistêmicas à visão dualista e opositiva anterior, selecionadas no interior do vasto campo das teorias da informação, e a problematização da noção de território a partir daí. Serão tratadas pontualmente a teoria geral dos sistemas, a cibernética, a teoria da auto-organização, incluindo a hipótese da *autopoiesis* e da emergência, e a teoria do caos, todas categorias e respectivos campos de problematização que, ao longo do século XX, ajudaram a empurrar o conhecimento para a situação crítica e crítica da “quebra dos fundamentos” exibida na “condição pós-moderna” (Lyotard, 1998). São categorias não muito comuns aos estudos universitários das ciências sociais e humanas, particularmente a história. Antes de ser um problema, esse aspecto de distanciamento e estranhamento epistêmicos é positivo e relevante para o ponto de partida aqui sugerido.

3) Proposição de uma chave conceitual a partir da qual re-situar a noção de território, dispensando a fratura *physis / thesis* e incluindo contribuições das investigações inventariadas no item anterior. Essa chave conceitual é extraída do campo freudiano reformulado pela Nova Psicanálise. Sugere-se uma reversão radical de perspectiva, a partir de duas balizas: i) a positivação do caos como princípio de criação e renovação, cuja formulação psicanalítica responde pelo conceito freudiano de pulsão; ii) a condição homogênea, fractal e pulverizada do que costumamos chamar de “realidade”, aqui tratada em termos de *formações*, com dinâmica em rede, sendo a rede abordável através de raciocínios de polarização, ao invés de recortes, conjuntos ou fronteiras.

A fratura ocidental

Desde os gregos, uma forte tradição interpretativa divide o conjunto de realidades observáveis segundo o par *physis / thesis*, isto é, segundo dois modos de sistematizar o mundo: a natureza e a convenção humana (Milner, 2002: 181-185). Essa dicotomia ganhou, a cada época e a cada contexto, certas especificidades. Assim, por exemplo, na Grécia clássica, um dos aspectos da discussão que envolveu filósofos e sofistas foi a determinação da esfera do *nomos*, ou seja, da lei positivamente fundada, por oposição às determinações inquestionáveis da *physis* como ordem regular do mundo. Ou ainda, no contexto das críticas céticas ao Estado absolutista, no século XVII, o entendimento da fratura entre *natureza* e *costume*, a conseqüente eliminação do primeiro termo e a proposta de considerar o Estado e as leis sem valor ético “natural”, mas apenas um instrumento utilitário, factual e positivo de poder, a que o *costume* deveria se conformar se quisesse salvaguardar o exercício privado do pensamento e da crítica. Mas também as teses contratualistas dos séculos XVII e XVIII, com seu novo modelo explicativo do conflito político baseado na oposição en-

tre estado de natureza e estado político. Ou a crítica marxista, devolvendo à instância histórica, contingente e, por isso, transformável, o que era suposto ser ordem natural e imutável (as diferenças sociais e a constituição do Estado, por exemplo). Ou uma contribuição antropológica do século XX, com sua proposta de entendimento de um universal cultural (a interdição do incesto), obtido na passagem da natureza à cultura. Por fim, a dicotomia que subjaz à organização dos saberes universitariamente instituídos: de um lado, as ciências da *natureza*, de outro, as ciências *humanas e sociais*, assim como a rubrica epistemológica conhecida das ciências *duras* e ciências *moles*.

A título de exercício, essas dicotomias poderiam ser proliferadas em diversos outros registros. Assim, por exemplo, o reconhecimento de uma ordem natural inquebrantável e imune às preferências humanas conduziu o pensamento e a cultura a supor aí alguma instância *divina*, ou, em rota de colisão com isso, uma instância *material* irreduzível e intrínseca ao próprio mundo (a velha oposição idealismo x materialismo). Houve quem privilegiasse o entendimento do aspecto invariante e mutante das diversas realidades do mundo, o que propiciou a modalização lógica do *necessário* e do *contingente*. Houve também a linha teórica que atribuiu à esfera da cultura e do costume liberdade de decisão e escolha estada na figura conceitual do sujeito do conhecimento e do sujeito moral, por oposição aos determinismos naturais de que a própria constituição social e cultural humana o teriam definitivamente libertado. Houve, enfim, a longa tradição mecanicista que aceitou a analogia entre o homem e a máquina, desde que reservasse o privilégio da alma – índice de pensamento – ao primeiro, liberando a segunda para o reino material do infinitamente manipulável (Mazlish, 1993).

De que maneira essas questões se relacionam à problemática do território? Se o equacionarmos dentro da alternativa excludente, tendo, de um lado, território como dado naturalizado, de outro, território como lócus resultante de determinantes sociais que o constituem e lhe conferem historicidade, continuaremos na fratura *physis / thesis*. É possível sair fora dessa equação?

Alternativas epistêmicas

Apresentarei a seguir um roteiro simplificado de propostas teórico-metodológicas que paulatinamente forneceram ferramentas conceituais para o desfazimento da tradição interpretativa grega apoiada na dicotomia *physis / thesis*. Esse roteiro tem como objetivo mostrar que houve, na segunda metade do século XX, investimento epistêmico no sentido de promover progressivamente a relativização das fronteiras teórico-metodológicas na consideração de diversos fenômenos, buscando-se passa-

gens entre ordens consideradas outrora heterogêneas, como a vida, o artefato, a matéria e o pensamento².

Começo com a teoria dos sistemas de Ludwig von Bertalanffy. Sua premissa de base é que o advento da tecnologia – entendida no âmbito da fusão do mecânico com o eletrônico de que testemunha a passagem da engenharia de produção de energia à engenharia de controle nos anos 1940-1950 – impulsiona uma “transformação nas categorias básicas do pensamento” (Bertalanffy, 1973: 19), pois os artefatos e saberes aí envolvidos se articulam em uma rede complexa de interações. Ora, isso colide com os hábitos mecanicistas de abordar um objeto, supondo-o composto de partes separadas, discretas, que devem ser isoladas e identificadas em termos de relações causais. O referencial analítico mecanicista mostra-se ineficiente quando aplicado a fenômenos bio-sociais e a situações de análise e computação em que as variáveis transcendem de muito a capacidade de engenheiros e matemáticos tomados individualmente. Dessa nova configuração do conhecimento (indissolúvelmente teoria e artefato) como totalidade ou sistema interligado, resultou uma visada epistêmica que partiu da dinâmica da interação, e não da separação.

Essa foi a proposta da TGS (nome com que nos referiremos à teoria dos sistemas de Bertalanffy) com sua idéia de “sistema”, gestada a partir da biologia. Sistema é um princípio heurístico, metodológico e epistemológico que considera um todo organizado qualquer formado por elementos interdependentes, distinguindo-se do meio exterior. Sistemas que interagem com o meio exterior são designados “sistemas abertos”, as relações entre ambos processando-se através de trocas de energia e/ou informação, denominadas *input* e *output*, veiculados por canais de comunicação. A abrangência dessa definição permite uma rede de analogias forte: uma máquina, uma bactéria, um ser humano, as comunidades humanas e o próprio universo são exemplos de sistemas abertos.

Buscam-se, portanto, princípios aplicáveis a sistemas em geral, quer sejam de natureza física, biológica ou sociológica, investigando-se semelhanças estruturais ou isomorfismos nos diferentes campos (Bertalanffy, 1973: 56), em uma espécie de meta-conceituação. Aplicando o princípio sistêmico à noção de território, é como se pudesse-

²O roteiro que seguirei se inspira em partes da tese de doutorado defendida por Rosane Araujo, no PROURB/UFRJ, em 2007, intitulada *A Cidade sou Eu*, que é uma aplicação dos pressupostos teóricos da Nova Psicanálise ao campo do urbanismo. Aproveito desse trabalho o entendimento do processo de dissolução de fronteiras que aconteceu no século XX como um percurso epistêmico que vai da teoria dos sistemas de Bertalanffy à *autopoiesis* de Maturana e Varela. Enquanto lá esse percurso, que explora outros exemplos de que não me sirvo aqui, serve à demonstração da dissolução da noção de Eu, para, na seqüência, argumentar como é possível fazer a afirmação *A cidade sou Eu*, aqui o aplico à noção de território, com a mesma seqüência: *o território sou eu*. Para a tese *A Cidade sou Eu*, cf. (Araujo, 2005 e 2007).

mos dizer que um território é uma totalidade dinâmica qualquer (social, cultural, política, econômica, religiosa, identitária) com interdependência entre suas partes integrantes, funcionando mediante auto-regulação e controle e visando à sua manutenção em equilíbrio, o que não impede – ao contrário, muitas vezes enseja – capacidade de mudança como adaptação a alterações do meio exterior. Raciocínios de fronteira e territorialidade, embora ainda presentes na lógica da manutenção do sistema como condição de sua existência, estão nuançados pela dinâmica da interação. Uma definição sistêmica de “território” partiria da interação para chegar à fronteira, e não o inverso.

A cibernética, *pari passu* à teoria dos sistemas, foi outra contribuição importante para a construção de continuidades entre vida, artefato, matéria e pensamento, participando da dissolução do par ontológico *physis/thesis*. Envolveu um conjunto de pesquisas e teorias nos campos das matemáticas, da teoria da informação, da engenharia, aos quais estão associados os nomes de Norbert Wiener (criador do termo cibernética), Arturo Rosenbluth, Julian Bigelow, Warren McCulloch, Walter Pitts, John von Neumann, Claude Shannon, entre outros, atuantes nas décadas 1940-1960.

A cibernética é uma “ciência das analogias controladas entre organismos e máquinas” (Dupuy, 1996: 53), isto é, toma-os como isomórficos à medida que os considera dispositivos que transformam mensagens de entrada (*input*) em mensagens de saída (*output*), incluindo um dispositivo de *feedback*. A idéia de *feedback* é importante, pois denota um princípio – indiferentemente presente na máquina ou no organismo – que caracterizaria especificamente os seres capazes de mudar a relação estabelecida entre *input* e *output*, modificando sua resposta a uma informação dada (retroação) em função de uma finalidade a ser alcançada, o que mostraria que poderiam aprender a ajustar seu comportamento em vista dos erros cometidos (Dupuy, 1996: 47). Em termos de construção de modelo, desprezava-se a natureza *física* dos constituintes e de suas relações, a fim de abstrair a *forma* destas últimas, num procedimento que permitiria propor “uma teoria unificada da máquina e do vivente quanto à categoria de finalidade” (Dupuy, 1996: 49), aplicável universalmente.

Ora, essa modelização dependia da aplicação da segunda teoria da termodinâmica ao regime de organismos e máquinas, no sentido de que todo sistema só se sustenta mediante a manutenção de sua ordem, na contramão de sua irresistível caotização. Ou seja, todo sistema é arrastado pelo caos ou se entropiza inevitavelmente, daí advindo a necessidade de os sistemas se auto-regularem no sentido de manter a ordem e combater o caos. Os desdobramentos dessa perspectiva entrópica da informação se deram em diversos campos de conhecimento, entre eles as ciências sociais e a antropologia. Os trabalhos de Gregory Bateson, Clifford Geertz e Claude Lévi-Strauss são incompreensíveis fora desse

escopo teórico mais amplo.

Como entender a noção de território à luz da cibernética? Território é um sistema informacional qualquer, indiferentemente tomado como organismo ou máquina, como ser vivo ou sociedade, como natureza ou artefato, com a competência de auto-regulação e controle mediante *feedback*, ameaçado permanentemente pela entropização. Ou seja, toda territorialidade e processo de territorialização são inexoravelmente pulverizados pelo regime entrópico que dissolve, ao fim e ao cabo, sua configuração sistêmica. A territorialidade é, em outras palavras, um regime de resistência ao caos: consiste e insiste em sua sistêmica em concomitância à entropia que o desfigura imperceptível e irreversivelmente³. No sentido reverso, toda territorialização já invoca seu avesso, a desterritorialização, em uma dinâmica permanente de composição, decomposição e recomposição de configurações.

A partir da década de 1970 as conseqüências da visada sistêmica e cibernética se ampliaram, reformulando profundamente os quadros epistêmicos disponíveis. Floresceu o paradigma da auto-organização, encampando pesquisas e problemas advindos da termodinâmica dos processos irreversíveis, da bioquímica e biofísica, da neurofisiologia, da imunologia, da inteligência artificial, das ciências da organização, da informação, da comunicação e da complexidade. Com a idéia de “auto-organização”, introduz-se no sistema uma dinâmica circular que rompe com a visão tradicional ainda dualista entre o “todo” que o sistema é e uma externalidade (meio ambiente) em relação à qual o sistema se define e resiste. Auto-organização, ao contrário, implica o princípio circular e *autônomo* do sistema, no sentido de que, ao se configurar reproduzindo suas interações, um sistema cria, no mesmo ato, distinções entre o que o sistema é e o que ele não é (entorno). É o que os biólogos chilenos Humberto Maturana e Francisco Varela (Maturana e Varela, 2001) denominaram *autopoiesis* [do grego *poiesis* = “produção” + o sufixo *auto* = mesmo] para designar o fenômeno do vivo enquanto sistema autopoietico, isto é, autônomo, o que qualifica, em nível definicional, toda entidade capaz de prover, por condição própria, sua produção, transformação e conservação. Ou seja, as metamorfoses do sistema estão determinadas pelas condições de organização do próprio sistema, produzindo *clausuras operacionais*. Ou ainda, a unidade ou o sistema, como todo estruturado, “classifica e vê a cada instante suas contínuas interações com o meio segundo sua estrutura” que, por

³ Usamos a noção de sistêmica, consistência e resistência no mesmo sentido, segundo a visada da Nova Psicanálise: qualquer configuração ou coisa que compareça é sintoma e, por isso, resistência à desconfiguração. Essa definição permanece no escopo freudiano do conceito de resistência, a saber todas as maneiras com que o inconsciente faz obstáculo à indiferenciação dos valores e poderes das formações que constituem a rede que o inconsciente é. Não se trata de identificar “quem” resiste, pois o processo de resistência é constitutivo do próprio fato de haver o que há.

sua vez, “está em constante mudança devido à sua dinâmica interna” (Maturana e Varela, 2001: 86). Nesse sentido, a *autopoiesis* é expressante da condição do vivo, da célula a organismos complexos, incluindo, por um efeito de circularidade ou auto-referencialidade, o conhecimento que a vida produz enquanto se autoproduz⁴.

O que é “território” à luz da categoria de *autopoiesis*? Um sistema que é, ao mesmo tempo, produtor e produto de sua clausura, por esta razão denominada *operacional*, à medida que são as próprias operações do sistema que definem dinamicamente seu entorno e permitem, por recorrência de operações, a permanência e reprodução do mesmo. Avança-se na compreensão sistêmica do território, pois não trata mais de considerar, de saída, o território a partir de suas interações dentro (todo) / fora (ambiente), e sim de perceber que “território” é clausura operacional: operação circular resultante de uma dinâmica que é autônoma, isto é, que produz suas próprias condições de transformação. Territorialização e desterritorialização podem ser vistos como momentos lógicos de um mesmo processo autopoiético, nos mais variados níveis de aplicação, como, por exemplo, a dinâmica de agrupamentos urbanos em ruas, esquinas e bares que se tornam temporariamente lugar de freqüentação concentrada, se desfazendo para reaparecer em outro cenário estético, geográfico, de gosto, de consumo.

Isso nos remete a outro conceito caro ao paradigma da auto-organização: o conceito de emergência. Com esse conceito designa-se a existência de um padrão recorrente em contextos diferentes e formas variadas de organização, de microorganismos a softwares, passando por formigueiros, cidades, organizações sociais de classe. Esse padrão é a interação dinâmica de múltiplos agentes, em diversas formas, “seguindo regras locais e não percebendo qualquer instrução de nível mais alto” (Johnson, 2003: 17). O sistema é *emergente* à medida que todas as operações locais resultam em algum tipo de macrocomportamento observável. São sistemas bottom-up e, não, top-down, nos quais “os agentes que residem em uma escala começam a produzir comportamento que reside em uma escala acima deles: formigas criam colônias, cidadãos criam comunidades,

⁴ A noção de *autopoiesis* ultrapassou em muito o domínio da biologia, sendo hoje aplicável a sistemas ecológicos complexos como cidades, grupos e sociedades humanas. Na sociologia, por exemplo, a teoria dos sistemas sociais, de Niklas Luhmann, amplia a categoria de *autopoiesis* para todos os sistemas em que se pode observar um modo de operação específico e exclusivo, que são, segundo o sociólogo, os sistemas sociais e os sistemas psíquicos em mútua implicação. Isso inclui o princípio de que, qualquer que seja a posição de observação do processo, essa posição não pode não se situar no espaço observável. Donde a conclusão ‘autológica’: observam-se no mundo sistemas que se auto-reproduzem, estando o observador obrigado a considerar a si mesmo como um deles, pois de outro modo não poderia observar sua observação⁴. Em suma, não há fora absoluto do sistema. Cf. (Luhmann, 1998) e “O conceito de sociedade na teoria dos sistemas de Niklas Luhmann” em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/anpocs/mathis.rtf>.

softwares de reconhecimento de padrões aprendem como recomendar novos livros” (Johnson, 2003: 14).

Com a lógica da emergência, a idéia de território amplia seu escopo heurístico, podendo se aplicar às dinâmicas de auto-organização que não contam com divisões executivas inteligentes. Isso permitiria conceber a ocupação territorial no sentido clássico da terra – como nos processos de colonização na época moderna – como processos que talvez não tenham tido diretivas tão centralizadas mediante comandos de cima para baixo como a historiografia nos acostumou a pensar. Refirimo-nos, por exemplo, às grandes narrativas acerca da “montagem do sistema colonial”, do “sentido da colonização”, da dinâmica centro/periferia a partir da regra do exclusivo metropolitano, e tantas outras chaves conceituais que não abrem mão de sujeitos ou agentes sociais encabeçando processos que, à luz do que foi aqui exposto, são certamente mais complexos – no sentido da sistêmica, da auto-organização e da emergência – e caóticos do que supõem as tradições historiográficas.

Todos esses desenvolvimentos, ao mesmo tempo epistemológicos, laboratoriais, científicos e tecnológicos, teóricos e práticos, seriam impensáveis sem os aportes da teoria do caos. Não foram apenas a cibernética e as teorias da auto-organização que se constituíram a partir do princípio da irreversibilidade dos processos físicos (donde emergência de organização a partir da imprevisibilidade lutando para consistir como sistema a ser devorado pela caoticidade). Físicos, matemáticos, biólogos, químicos, psicanalistas, artistas, começaram a buscar conexões entre diferentes tipos de irregularidade e apostar no caos como princípio ordenador da natureza. Deitaram por terra a velha fórmula grega do *kaos* como desordem cuja superação é necessária para se criar ordem e estabilidade, com a conseqüente luta para a manutenção da ordem conquistada contra o assalto do caos que a ameaça constantemente. Positivaram o princípio caótico, tornado baliza para as ciências do processo e não do estado; do devir e não do ser; da metamorfose mais do que da morfologia. No lugar da linearidade, saltos bruscos e bifurcações; no lugar da previsibilidade, dependência hipersensível das condições iniciais; no lugar da determinação simples e do equilíbrio, caos e flutuação; no lugar da lógica de que simplicidade gera simplicidade, de modo controlável e acompanhável (equilíbrio estático), a lógica da repetição do simples (em processos iterativos) gerando estruturas, formas e comportamentos altamente complexos, imprevisíveis e caóticos. Outrora irrelevantes – inclusive por não se dispor de ferramentas matemáticas e tecnológicas adequadas para tratá-los –, fenômenos como a desordem na atmosfera, o mar turbulento, as oscilações do coração e do cérebro ou as metamorfoses do psiquismo entram na pauta das discussões e pesquisas (Gleick, 1987: 5).

Portanto, caos e, sob sua égide, emergência, *autopoiesis*, auto-organização, cibernética, sistêmica, são algumas categorias e campos de problematização por elas articulados que, ao longo do século XX, providenciaram paulatinamente esquemas explicativos promotores da relativização das fronteiras entre fenômenos aparentemente heterogêneos e irreduzíveis como vida, artefato, matéria e pensamento. Todas emergiram e/ou se desenvolveram no ambiente sócio-técnico-informacional advindo da computação. Não é mais necessário equacionar o mundo em termos de fratura entre duas ordens complementares ou antagônicas. É, com efeito, contra-producente para o pensamento rasgar a realidade para depois constatar a necessidade da costura. Porque o tecido é inconsútil. Como proceder a partir daí?

Caos, fractalidade e Haver

Afirmamos que a noção de “território” traz implícitos hábitos mentais de tipo euclidiano, associados à regularidade, tangibilidade, previsibilidade, linearidade. Esse é o mundo que experimentamos tectônica ou territorialmente. Uma ordem *geo-métrica* que tem presidido nossos modos de conceber e organizar os espaços mentais, sociais e físicos desde o Neolítico, incluindo os expedientes de produção e transmissão dos saberes que os acompanharam, como são o caso, por exemplo, de parentesco, pertença, cooperação, hierarquia, especialização de atividades, muros, fronteiras, monumentos, traçado urbano, moeda, narrativas, identificações culturais, guerras institucionalizadas, leis e códigos, trocas, oralidade, escrita, imprensa, universais, como o “Homem”, o “Cidadão”, o “Estado”, a “Nação”, o “Mercado”, a “Liberdade”, etc. (Lévy, 1993, 2003). Ora, referências desse tipo são preponderantemente conservadoras, menos maleáveis à mudança, mais estáveis e devem certamente ter servido de parâmetro durante milênios para administrar e gerir os assuntos humanos, orientando as ações das pessoas e forjando um cotidiano mais avesso à não linearidade e propenso à (ilusão de) medianidade e estabilidade, onde processo e resultado parecem intimamente relacionados.

A contemporaneidade, contudo, assiste à emergência de uma nova sensibilidade para os acontecimentos do mundo que subverte os parâmetros conhecidos e elabora quadros novos de entendimento despidos dos hábitos anteriores. As diversas noções de território – geográfico, social, cultural, político, jurídico, econômico, religioso, lingüístico, em nível local, regional ou global, com maior ou menor porosidade ou poder de exclusão – estão hoje em processo de pulverização dos valores de que a tecnologia digital e o capital são grandes propulsores. Esse processo tem colocado na ordem do dia raciocínios mais próximos da caoticidade, da aleatoriedade, conjugando baixa previsi-

bilidade e alto impacto, onde o mediano e o linear cedem passo à extremação do singular, do acidental e do imprevisto. Provavelmente a ilusão de estabilidade (sustentada à revelia dos sustos vividos), de linearidade e de alta previsibilidade que projetamos para o passado serviu para produzirmos narrativas – que, por sua vez, se decantam em linhagens historiográficas em luta de prestígio – em que a “aldeia”, o “campo”, a “cidade” (antiga, medieval, renascentista, barroca, industrial, etc.), a “economia-mundo” e outras figuras sociais do território parecem incrustados em uma espécie de placidez não-problemática.

Ora, há saltos, rupturas, estases. É a resistência ao não-linear que nos faz acreditar nas progressões previsíveis, em raciocínios viciados que se reproduzem indefinidamente, pois sempre refazemos os roteiros e as historiografias, deixando intactas macro-formações de crença em categorias “platônicas” ideais, como o Estado, a Nação, o Território, a Sociedade, os Sujeitos Históricos Concretos (que são, antes, ilusões de universalização), os Agentes Sociais, as Temporalidades. Mais do que isso, queremos narrativas para apaziguar o medo do caos. É como experimentar o cardápio variado de um restaurante sem querer entrar nas minúcias da arte de cozinhar e nas franjas do processo de que o sabor final experimentado é uma pequena resultante. Quer-se apenas o resultado como narrativa, seja como receita escrita e refeição pronta.

Ora, o paradigma do caos traz consigo uma outra espacialidade, uma outra *geo-metria*, uma outra mentalidade, uma sintática mais que uma semântica, mais aptas a capturar o excepcional, o não-linear, o aleatório. Estamos nos referindo à idéia de *fractal* ou *fractalidade* e à geometria que a caracteriza, proposta pelo matemático polonês Benoît Mandelbrot na década de 1970 (Mandelbrot, 1989; Gleick, 1990).

Mandelbrot concebeu uma razão geométrica da natureza e do caos que descrevesse suas zonas de irregularidade em modo não-euclidiano. Para isso colocou-se fora da lógica euclidiana das dimensões zero (um ponto), 1 (uma linha), 2 (um plano) e 3 (um cubo, por exemplo) e propôs dimensões fracionárias, não inteiras, como expressão do grau de aspereza e de fragmentação das formas, dimensões expressas por números irracionais, mais compatíveis com formas fragmentárias, irregulares, rugosas, fraturadas, como o contorno de uma folha, de um litoral, de uma montanha, de um fragmento de rocha, de uma couve-flor. Por isso a denominação de “objetos fractais” para a realidade descrita. A etimologia da palavra fractal é esclarecedora: do latim *fractus*, significa irregular, quebrado; do verbo latino *frangere* a língua portuguesa derivou quebrar, despedaçar, fraturar, partir; rasgar, dilacerar, esfarrapar; fender, abrir, rachar, romper, esmigalhar; mascar, mastigar, romper.

Os fractais, portanto, são formas engendradas pelo acaso, caracterizando-se por repetir um determinado padrão com ligeiras e constantes variações (auto-similaridade).

Podem ser facilmente identificadas na natureza assim como em qualquer estrutura cujas ramificações sejam variações de uma mesma forma básica⁵. Em consequência da auto-similaridade, quando vistas através de uma lente de aumento, as diferentes partes de um fractal se mostram similares à forma como um todo. Em outras palavras, o grau de irregularidade permanece constante, qualquer que seja a escala utilizada. Isto significa que, de perto ou de longe, os padrões de forma são os mesmos. Em suma, o que é *regular* é a irregularidade, a intermitência e a anfractuosidade.

A fractalidade mandelbrotiana é uma ferramenta útil para se conceber uma realidade inconsútil, pois permite operar, ao mesmo tempo, com dois princípios, o segundo dependendo logicamente do primeiro: homogeneidade e diferenciação. Expliquemo-nos: partimos da conjectura de que todas as coisas são da ordem do *mesmo* (homogeneidade), isto é, são repetições de um mesmo padrão de similaridade, para usar os termos mandelbrotianos, não importando suas variações de escala, ao mesmo tempo que diferenças são geradas, de modo fragmentário e dispersivo, em escalabilidade infinita.

A partir do quadro conceitual fornecido pela Nova Psicanálise, desenhado no seio do paradigma do caos e da fractalidade, consideramos que **o que quer que haja comparece como formação**. Por formação entende-se toda e qualquer forma, ordenação, articulação ou estrutura que há, das partículas e anti-partículas a uma ordenação simbólica (humana) qualquer, do código genético e dos ecossistemas vivos a todo tipo de técnica, língua, conhecimento ou arte. Ou ainda, toda e qualquer forma comparecente como matéria, vida, artefato ou pensamento, para usar os termos das teorias da complexidade e da auto-organização. O tecido, isto é, a rede, se estende infinitamente para todos os lados, sem que saibamos quais são suas conexões: não apenas “não há como fazer a leitura [do campo] todo, como cada uma das formações tem que ser pensada como formação de formações, não se sabe onde termina. (...) A infinitude, tanto na abrangência do campo como dentro de cada formação, é fractal (...): a coisa vai se expandindo para dentro e para fora” (Magno [2000-2001]: 481).

Chamamos a atenção para a redução conceitual operada na noção de formação que, de um só golpe, dispensa qualquer distinção de natureza organizadora das coisas em sua emergência, dispensando igualmente qualquer Artífice nomeado como sede atribuível

⁵ Como esclarece Mandelbrot: “Todos os objetos naturais são sistemas no sentido de serem formados de muitas partes distintas, articuladas entre si, a dimensão fractal descrevendo um aspecto dessa regra de articulação. Mas a mesma definição se aplica igualmente aos ‘artefatos’. Uma diferença entre os sistemas naturais e artificiais é que, para conhecer os primeiros, é necessário utilizar a observação ou a experiência, ao passo que, para os segundos, pode-se interrogar o realizador. *Entretanto existem artefatos muito complexos, para os quais inumeráveis intenções interagiram de modo tão incontrollável que o resultado termina, pelo menos em parte, por se tornar ‘objeto de observação’*” (Mandelbrot, 1989: 15). Grifo nosso.

dessa produção, seja uma instância religiosa ou filosófica transcendente. Quem diz formação diz artifício, ou seja, anonimato, série infinita, diferença de grau, homogeneidade, tecnologia, produtividade (ao invés de reprodutividade), dispersão, caos e fractalidade. Quem diz artifício dispensa – porque deslocou o modo de consideração do problema – o hábito ocidental do dualismo natureza / cultura e seus sucedâneos epistemológicos (natureza / convenção; natureza / costume; natureza / sociedade, natureza / história, cosmos / nomos; ciências da natureza / ciências do espírito, todos de alguma maneira derivados da fratura grega entre *physis* e *thesis*). Quem dispensa os dualismos “ontológicos” opera com a conjectura da homogeneidade, isto é, com a conjectura que o que há é constituído do Mesmo, da mesma “substância”, do mesmo elemento ou estrutura mínima, ainda que provisoriamente desconhecido. A hipótese da homogeneidade do Haver, exigida pela idéia de formação e que lhe dá inteligibilidade, significa que operamos a partir de um mínimo construtural possível e provisório, ainda que não saibamos determinar ou definir essa homogeneidade (Magno [2003]: 26).

O princípio operativo da Nova Psicanálise, portanto, é: o que quer que compareça, se forme ou se fractalize no tecido inconsútil de tudo o que há, isto é, do Haver, é *formação do Haver*.

Ao partir da homogeneidade e não da diferença, a Nova Psicanálise se alinha com investimentos teóricos contemporâneos que têm buscado princípios de equivalência entre as coisas, seja pela via computacional, informacional, cibernética ou comunicacional. E inflaciona a afirmatividade da tarefa do conhecimento, pois se deparar com a limitação tendo em mãos um princípio de homogeneidade é *enfrentar uma dificuldade com a conjectura de sua resolução* inscrita como possível, pois *ela já está lá*, bastando acompanhar as formações em seu infinito processo de acoplamento e transformação, uma vez que se parte da conjectura de sua constituição homogênea de sua última instância.

Essa postura afirmativa aposta na unicidade, simplicidade e profundidade, na mão contrária do sabor pós-moderno e pós-estruturalista da superfície rizomática e múltipla. **São princípios simples e únicos que fazem emergir e movimentar o complexo e o extenso.** Ao invés de se partir da diversidade e multiplicidade dos elementos do mundo, que se impõem com suas diferenças modalmente irreduzíveis, parte-se de elementos mínimos formadores para acompanhar a produção e complexificação do máximo (Magno [2003]: 193-194).

Formação como polaridade

A hipótese da homogeneidade das coisas não é evidente à primeira vista. Quando consideramos o que nos rodeia e nossas experiências cotidianas, deparamo-nos com

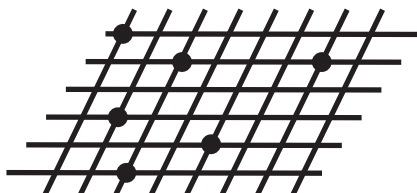
diferenças, e não com similaridades; com fechamentos e exclusões, e não com abertura e transformações. A lógica da fronteira parece se impor. Como saltar fora desse velho hábito mental e conceber diferenciações e mutações partindo da homogeneidade? Que conseqüências epistêmicas, políticas, sociais, podemos esperar com tal procedimento?

Uma noção antiga que tem recebido novas possibilidades conceituais é a noção de *rede*, com a vantagem suplementar de incrementar raciocínios de homogeneização pela preeminência da lógica da conectibilidade sobre a da separação e exclusão (Barabási, 2003). Após uma longa tradição reducionista no conhecimento – prevalência da lógica das partes isoladas sobre a dinâmica da integração do todo –, mudamos a perspectiva, partindo da hipótese de que a conectibilidade e a interação presidem à partição, e não o contrário. Descobrimos que as partes que separamos tão cuidadosamente se encaixam. Só não sabemos *como* isso acontece nas infinitas possibilidades de conexão disponíveis. A idéia contemporânea de rede – de que a internet é seu exemplo mais popular – atende a essa lógica: as formações estão conectadas em rede, que é a própria teia inconsútil de que a realidade é feita. Tudo está em conexão com tudo: resta saber como, a cada caso, provisoriamente, com os precários recursos de que dispomos.

Se lidamos com formações e se as formações estão entrelaçadas, o que produz o adensamento da rede, de modo a comparecerem distinções ou configurações mais tangíveis, com o conseqüente efeito de clausura? O que encaminha essa questão é o princípio de *polaridade* com que a Nova Psicanálise aborda a dinâmica das formações.

Por serem resistentes à invasão e à modificação, as formações tornam-se *pólos*, que se caracterizam por apresentarem *foco* e *franja*. Dado um pólo, se reconhece uma zona focal como intensificação das forças e poderes do pólo, e uma zona franjal, que são essas forças e poderes perdendo vigor e se pulverizando.

Vejamos melhor essa dinâmica a partir do esquema abaixo (Magno [2006]):



As formações são concebidas em termos de uma rede infinitizada, com vários pólos (•), acompanháveis focal e franjalmente. Ao focalizar um pólo, imediatamente emerge sua franja como o espraiamento daquilo que se focalizou, sem que seja possível operar exclusivamente pelo foco supondo que se dará conta de tudo, pois a franja se perde no infinito.

O que afasta a teoria das formações das teorias de tipo sistêmicas (da TGS à au-

topoiesis, passando pela cibernética e pelas teorias da auto-organização) são os raciocínios, utilizados nessas últimas, de dentro / fora, todo / ambiente, input / output / feedback, clausura / entorno, borda, conjunto ou membrana que identifica, como em um círculo de Euler, as propriedades definidoras do que uma coisa é em sua comparação com o que dela se exclui. De alguma maneira, tais teorias mantêm a idéia de recorte ou fronteira, como se as diferenciações desenhassem agrupamentos mais ou menos complexos, autônomos em sua sistêmica, e ainda fortemente marcados por algum tipo de espacialidade conjuntista. Ora, a teoria das formações, ao partir da conjectura da homogeneidade, propõe que se pense em termos de forças e poderes: formações se polarizam, focos são situados e jamais se saberá onde termina a franja. Há limites para uma polarização? Sim, no sentido matemático de limite, isto é, infinitização. Portanto, formações “são campos de força que se tornam pólo e em que podemos distinguir seu foco e elementos de sua franja, mas não ela toda” (Magno [2005]: 115). Trata-se, em suma, da distinção entre *produção de fronteiras* e *emergência de polaridades* (Magno [2003]: 211):

Estou pedindo uma postura de novo século, que abandonemos o neo-etológico, que saibamos que qualquer território só se garante por um poder que o sustenta. Trata-se de substituir idéias neo-etológicas de territorialidade e fronteira por vigor de pólo, de polaridade; de nunca dizer que meu terreno termina ali; de nunca brigar com o outro porque ele está invadindo meu território; de assumir que é a vigência de minha polaridade que institui. (...) E mais, não é preciso territorialidade para reconhecer uma formação, pois já temos o vigor de sua tipicidade (...). São formações com seus poderes e forças polarizando coisas, e quando procuramos onde aquilo termina, não achamos (Magno [2003]: 212).

Assim, todo raciocínio de centramento é apenas focalização. Esse é o caso das figuras epistêmicas do sujeito, da(s) subjetividade(s), do agenciamento, da concretude histórica ou do indivíduo (como suporte social), facilitadas pela língua, que é uma poderosa formação de situação e fixação, que se acopla a outras de mesma estirpe, como a unidade gestáltica do corpo, o gênero sexual (que a língua contribui para construir) e diversos outros sintomas, como estado, sociedade, nação, grupo social, família, etc.

Como re-situar a problemática do território? Se território é uma formação, é também de saída uma polarização. Constituem-se territórios por forças e poderes de diversas formações, dinâmica que situa um foco e se infinitiza na franja. O que é, por exemplo, o Estado-nação? Uma polarização – com formações de ordem social, jurídica, de guerra, lingüística, cultural – nomeada, com força inclusive narrativa, *historiográfica*, para se fazer valer como conceito adequado e correlativamente destituir outros poderes de nomeações e narrativização.

A lógica da polaridade implica uma mudança de vetor: o que quer que se config-

ure como *sendo* (algo), o faz como *resultante de*, em um processo cego, imprevisível e precariamente mapeável, e não como sede ou agenciamento de ação planejada. Em outras palavras, *ser* é uma questão de sorte.

“O território sou eu”

A aplicação de ferramentas da Nova Psicanálise à discussão das figuras conceituais do *território* nos forneceu até agora algumas considerações. Vimos que a noção de *formação* propicia abstração e maior plasticidade conceitual, ao considerar a natureza fractal e caótica dos fenômenos em regime de homogeneidade e conectibilidade. Isso significa operar partindo do simples para o complexo; do excepcional para o mediano; do irregular para o regular; do não-linear para o linear; da conexão para a exclusão (provisória e a cada caso); do desconhecido para o conhecido; do caos para zonas de ordenamento submetidas aos mesmos princípios da entropização que as tornaram possíveis.

A dinâmica das formações em rede, polarizáveis em função de forças e poderes de coalizão e resistência intrínsecos ao vigor da tipicidade das próprias formações, permitiu dispensar raciocínios conjuntistas de recorte, fronteira e território. No seio mesmo de transformações epistêmicas que contribuíram para o questionamento e relativização de tais raciocínios se avançou na reflexão, com a proposta de se operar com emergência de polaridades, ao invés de produção de fronteiras. Estamos em regime de atectonia, onde o centro está em toda parte e em parte alguma; onde a focalização de um pólo permite níveis precários de conhecimento, que logo se tornam indistintos e indiscerníveis à medida que se contabiliza o espraiamento da franja; onde a rede é a própria tessitura das formações que a adensam, esticam e transformam.

O Homem Aranha é um bom exemplo da mudança de paradigma que se advoga aqui (Magno [2004]). Ele secreta os fios que ligam sua teia à teia global, no sentido global de o mundo ter se transformado em uma grande rede, incluindo a rede computacional. O **homem como espécie secretou o globo como teia** e passa a se movimentar sem levar em conta as distâncias do território geográfico e social – o perímetro urbano, a quantificação das distâncias entre ruas, bairros, os costumes, os aglomerados de pessoas, as barreiras sociais, os nichos de gosto e consumo. Ele é atópico e atectônico: a base não interessa, pois qualquer uma serve. Portanto, qualquer lugar é o lugar. O Homem Aranha é o puro lugar, ele é o lugar. Ele é o *território*.

Isso significa que a condição contemporânea da rede instituiu a cada um de nós como lugar. As relações de fronteira, geográficas, sociais, cognitivas, estão subditas à ordem da rede e não o contrário. Se, antes, evidenciou-se que os lugares estavam colados na espacialidade – a territorialidade de base geométrica euclidiana –, hoje, trata-se de pensar

o lugar a partir da rede.

Ainda segundo a metáfora do Homem Aranha, ele não habita a cidade como território físico, geográfico, social. Ele é o centro da teia que ele mesmo habita. Ele é a teia. O que ele é e qual é o seu espaço coincidem com sua secreção. Portanto, ele é a teia que habita a cada momento, secretada em identidade com ele, um pólo com suas zonas focal e franjal.

Se Território é rede e rede é secreção do Homem Aranha que cada um é, então o “território sou eu”, pois, pelo paradigma contemporâneo que apresentamos a partir da chave psicanalítica, *Eu* é esta rede, essa *teia* com foco e franja.

Essa perspectiva abre significativamente as possibilidades de conhecimento, em todos os níveis, uma vez que traz o gosto deceptivo de sermos apenas marionetes das formações. Essa visada faz toda a diferença, pois arrasa, desqualifica, diminui, desinfla as pretensões narcísicas de sermos seres privilegiados, seja porque surgimos como vida, porque pensamos, porque conhecemos, porque somos falantes, porque produzimos cultura, tecnologia ou arte.

Dispensados de ter a incumbência de *ser* qualificadamente algo, podemos funcionar e articular a partir de *qualquer* recurso que estiver disponível, reivindicar qualquer outro e se rebelar contra toda função de autoridade do Mundo, da Técnica, da Linguagem, da Vida, do Trabalho, da Filosofia, da Pedagogia, da Religião, do Direito, do Estado, da Sociedade. Somos simplesmente **máquinas de produção de infinitude** (Magno [2005]: 185), rede onde a criação ou o advento do novo se dá a partir do máximo de incerteza, do evento raro que subverte as determinações conhecidas, do ponto extremado de oscilação onde todas as variáveis se equivalem e se anulam.

Referências

ALMEIDA, Mauro W. B. “Simetria e entropia: sobre a noção de estrutura em Lévi-Strauss” em *Revista da Antropologia*, v. 42, nº 1-2, 1999.

Em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77011999000100010
ARAUJO, Rosane. *A cidade sou eu*. Tese de doutoramento defendida no PROURB/UFRJ, 2007.

_____. “La Ville, C’est Moi: l’urbanisme du XXIème siècle” in: GRELET, Gilles (org.). *Théorie-rebellion: um ultimatum*. Paris: L’Harmattan, 2005, pp. 104-107.

_____. “O urbanismo em estado fluido”, in *A Cidade pelo avesso*. Rio de Janeiro: Viana & Mosley, pp. 41-58.

BARABÁSI, Albert-László. *Linked: how everything is connected to everything else and what it means for business, science, and everyday life*. Cambridge,

- Massachusetts: Plume Books, 2003.
- BERTALANFFY, Ludwig von. *Teoria geral dos sistemas*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Feli. *O Anti-Édipo* (1972). Lisboa: Assírio&Alvim, 1996.
- _____. *Mil Platôs* (1980). Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.
- _____. *O que é a filosofia?* (1991). Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- DUMOUCHEL, Paul e DUPUY, Jean-Pierre (dir.). *L'auto-organisation: de la physique au politique*. Colloque de Cerisy. Paris: Seuil, 1983.
- DUPUY, Jean-Pierre. *Nas origens das ciencias cognitivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.
- FEYERABEND, Paul. *A conquista da abundância*. Editora Unisinos, 2006.
- FREUD, S. (1920) "Além do Princípio do Prazer". Em *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*, vol. XVIII.
- _____. (1930 [1929]) "O mal-estar na civilização". Em *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*, vol. XXI.
- GLEICK, James. *Caos: a criação de uma nova ciência*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- JOHNSON, Steven. *Emergência: a dinâmica de rede em formigas, cérebros, cidades e softwares*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- KIM, Joon Ho. "Cibernética, ciborgues e ciberespaço: notas sobre as origens da cibernética e sua reinvenção cultural" em *Horizontes Antropológicos*, v. 10, nº 21, jan-jun 2004. Em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832004000100009
- LARUELLE, François. *Théorie des identités*. Paris: PUF, 1992.
- LÉVY, Pierre. *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Loyola, 2003.
- _____. *As tecnologias da inteligência*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.
- LUHMANN, Niklas. *Sistemas sociais: lineamientos para uma teoria general*. Anthropos Editorial, Universidade Iberoamericana, CEJA, 1998.
- LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. 5ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.
- MAGNO, MD. *Amazonas: a Psicanálise de A a Z* [Falatório 2006]. Rio de Janeiro: Novamente Editora, 2009.
- _____. *Clavis Universalis* [Falatório 2005]. Rio de Janeiro: Novamente Editora, 2007.
- _____. *Economia Fundamental (MetaMorfoses da Pulsão)* [Falatório 2004]. Texto inédito.
- _____. *Ars Gaudendi* [Falatório 2003]. Rio de Janeiro: Novamente Editora, 2006.
- _____. *Psicanálise: Arreligião* [Falatório 2002]. Rio de Janeiro: Novamente Editora, 2005.

- _____. *Revirão 2000/2001* [Falatório 2000-2001]. Rio de Janeiro: Novamente Editora, 2003.
- _____. *Introdução à transformática* [Seminário 1998]. Rio de Janeiro: Novamente Editora, 2004.
- _____. *Comunicação e cultura na era global* [Seminário 1997]. Rio de Janeiro: Novamente Editora, 2005.
- _____. *“Psychopathia sexualis”* [Seminário 1996]. Santa Maria: Editora da UFSM, 2000.
- _____. *Arte e Psicanálise* [Seminário 1995]. 2ª ed. Rio de Janeiro: Novamente Editora, 2008.
- _____. *Velut Luna* [Seminário 1994]. Rio de Janeiro: Novamente Editora, 2000.
- _____. *A natureza do vínculo* [Seminário 1993]. Rio de Janeiro: Imago, 1994.
- _____. *Pedagogia Freudiana* [Seminário 1992]. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- _____. *Est’Ética da Psicanálise - Parte II* [Seminário 1991]. Rio de Janeiro: Novamente Editora, 2002, 2 v.
- _____. *Arte & Fato: da arte total à clínica geral* [Seminário 1990]. Rio de Janeiro: Novamente Editora, 2002, 2 v.
- MANDELBOT, Benoît. *Les objets fractals: forme, hasard et dimension*. 3ème ed. rev. et aug. Paris: Flammarion, 1989.
- MARSHALL, Ian e ZOHAR, Danah. *Who’s afraid of Schrödinger’s cat?* New York: William Morrow, 1997.
- MATHIS, Armin. “O conceito de sociedade na teoria dos sistemas de Niklas Luhmann” em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/anpocs/mathis.rtf>.
- MATURANA, Humberto R. e VARELA, Francisco J. *A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana*. São Paulo: Palas Athena, 2001.
- MAZLISH, Bruce. *The fourth discontinuity: the co-evolution of humans and machines*. Yale University, 1993.
- MILNER, Jean-Claude. *Le périple structural: figures et paradigme*. Paris: Seuil, 2002.
- RANNOU, Jean-Luc. *La non-philosophie simplement: une introduction synthétique*. Paris: L’Harmattan, 2005.
- TALEB, Nassim Nicholas. *A lógica do cisne negro: o impacto do altamente improvável*. Rio de Janeiro: BestSeller, 2008.